

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DA ORDEM PÚBLICA E SOCIAL E
CORREGEDORIA GERAL

Contrato de Prestação de Serviços nº 009/2009 – SEOPS/CGDF,
nos termos do Padrão nº 04/2002.
Processo nº 480.000.837/2009

Cláusula Primeira – Das Partes

O Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social e Corregedoria-Geral do Distrito Federal – SEOPS/CGDF, com sede no Ed. Anexo do Buriti, 12º, Praça do Buriti – Brasília – DF, inscrita no CNPJ sob o nº 08.944.148/0001-96, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato por Roberto Eduardo Giffoni, na qualidade de Secretário de Estado e Corregedor Geral, com delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal e a empresa Global Village Telecom Ltda., doravante denominada CONTRATADA, com sede no SIA Sul Trecho 3, Lotes 1.565/1.595, Brasília/DF – CEP:, CNPJ nº 03.420.926/0001-24, representada neste ato por Miguel David Hushi, portador da Carteira de Identidade nº 131.526.212 – SSP/SP, inscrito no CPF nº 039.298.778-30, na qualidade de Diretor Nacional de Vendas e por José Eduardo Fernandes, portador da Carteira de Identidade nº 1.305.616 – SSP/DF, inscrito no CPF nº 283.220.021-49, na qualidade de Diretor Regional de Operações.

Cláusula Segunda – Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 011/2009 (fls. 50/115), Ata de Registro de Preços PE nº 011/2009 (fls.29/39) e da Lei nº 8.666, de 21.06.93.

Cláusula Terceira – Do Objeto

O Contrato tem por objeto a prestação de serviços de conexão IP dedicado e exclusivo para acesso à *Internet* de 12 Mbits/s, consoante especifica o Edital de Pregão Eletrônico nº 011/2009 (fls. 50/115), Ata de Registro de Preços PE nº 011/2009 (fls.29/39), que passam a integrar o presente Termo.

Cláusula Quarta – Da Forma e Regime de Execução

O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada global, segundo o disposto nos arts. 6º, inciso VIII, alínea “a”, e 10º, inciso II, alínea “a” da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Quinta – Do Valor

5.1 – O valor total do Contrato é de R\$ 58.333,33 (cinquenta e oito mil trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), devendo a importância de R\$ 19.444,44 (dezenove mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos) ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente.

5.2 – Os preços poderão ser reajustados, respeitada a periodicidade mínima de 1 (um) ano, a contar da data de assinatura do Contrato, nos termos do item 15 do Edital de Pregão Eletrônico nº 011/2009 (fls. 50/115).

Cláusula Sexta – Da Dotação Orçamentária

6.1 – A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: 45101

II – Programa de Trabalho: 04122010085176989

III – Natureza da Despesa: 339039

José Eduardo Fernandes
Diretor Executivo
CGDF - Região Centro Oeste



IV – Fonte de Recursos: 100

6.2 – O empenho inicial é de R\$ 19.444,44 (dezenove mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos), conforme Nota de Empenho nº 2009NE00355, emitida em 01/09/2009, sob o evento nº 400091, na modalidade Estimativo.

Cláusula Sétima – Do Pagamento

O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela (s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 10 (dias) dias úteis de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

Cláusula Oitava – Do Prazo de Vigência

O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, permitida a prorrogação na forma da lei vigente.

Cláusula Nona – Das Garantias

A garantia para a execução do Contrato será de 5% (cinco por cento) prestada de acordo com o item 10.7 do Edital de Pregão Eletrônico nº 011/2009 (fls. 50/115), consoante o que dispõe o art. 56 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Décima – Da Responsabilidade do Distrito Federal

O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

Cláusula Décima Primeira – Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada

11.1 – A CONTRATADA fica obrigada a apresentar, ao Distrito Federal, juntamente com a Nota Fiscal as certidões negativas da Previdência Social, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e da Fazenda Pública do Distrito Federal.

11.2 – Constitui obrigação da CONTRATADA o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.

11.3 – A CONTRATADA responderá pelos danos causados por seus agentes.

11.4 – A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.5 – A CONTRATADA se obriga a cumprir e fazer cumprir as obrigações contidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 011/2009 (fls. 50/115) e da Ata de Registro de Preços PE nº 011/2009 (fls.29/39).

Cláusula Décima Segunda – Da Alteração Contratual

12.1 – Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

12.2 – A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

Cláusula Décima Terceira – Das Penalidades

O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a CONTRATADA à multa prevista no Edital, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral.

rubricado
José Eduardo G. Mendes
Dist. Executivo
Ass. Regional Centro Oeste
LEGAL DE
VHT
GVT

Cláusula Décima Quarta – Da Dissolução

O Contrato poderá ser dissolvido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

Cláusula Décima Quinta – Da Rescisão

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a CONTRATADA às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Cláusula Décima Sexta – Dos Débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

Cláusula Décima Sétima – Do Executor

O Distrito Federal, por meio da CONTRATANTE, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

Cláusula Décima Oitava - Da Publicação e do Registro

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês subsequente de sua assinatura, após o que deverá ser providenciado o registro pela Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social e Corregedoria-Geral do Distrito Federal.

Cláusula Décima Nona – Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Brasília, 25 de Setembro de 2009.


ROBERTO EDUARDO GIFFONI
Secretário de Estado e Corregedor Geral


MIGUEL DAVID HUSHI
Diretor Nacional de Vendas

Miguel Hushi
Diretor Nacional Corporativo


JOSÉ EDUARDO FERNANDES
Diretor Regional de Operações

